FTIUESP CUT

SINERGIA

Número 1065
07 a 20/02/2011

CUT BRASIL

Serviço essencial, Sindicato indispensável

Sindicato dos Energéticos Estado de SP

www.sinergiaspcut.org.br

Stieec- filiado em 1988
Gasistas- filiado em 1989
Sindprudente - filiado em 2005
Sindergel Litoral - filiado em 2006
Sindluz Bauru - filiado em 2009
Sinergia CUT - filiado em 12/12/99

CS 2011

Trabalhadores aprovam pautas nas empresas database março

Pautas serão entregues às empresas até o próximo dia 10 . Categoria reivindica mais empregos e melhoria da renda

Os trabalhadores das empresas data base março aprovaram a pauta de reivindicações para o início da Campanha Salarial.

A partir da experiência das negociações nos anos anteriores e das necessidades de melhorias vividas no dia a dia pela categoria, a pauta foi construída e aprovada trazendo entre as reivindicações empregos com qualidade, melhores condições de trabalho, implementação de medidas para melhorar a saúde e segurança nos locais de trabalho. Além disso tudo, os trabalhadores reivindicam melhoria na renda, através de um reajuste salarial a partir do Dieese mais aumento real.

Até o próximo dia 10, o Sinergia CUT enviará as pautas para as seguintes empresas: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto (CERRP), União,Fasa Indústria e Comércio de Serviços, Medral, Potencial Manutenção e Comércio Equipamentos, Potencial Transportes e Quatiara Energia. Nas empresas Metrowatt e MW Service a entrega da pauta aconteceu na última sexta (04), em Valinhos. Na Fasa Eletromecânica, a pauta já foi entregue e a primeira rodada será no próximo dia 23, às 09h30 em Presidente Prudente. A Empresa de Transmissão de Energia do Oeste (ETEO), terá a primeira rodada no próximo dia 28 às 09h no Rio de Janeiro.

Claudinei Ceccato

Assembleia de aprovação de Pauta de Reivindicações na Potencial

Oficina CS 2011

Com o objetivo de avançar nas conquistas e intensificar a mobilização e organização da categoria em seus locais de trabalho, o Sinergia CUT realiza de 10 a 11 de fevereiro a Oficina da Campanha Salarial 2011.

Nessa oficina serão deliberadas as estratégias voltadas para a negociação. Além disso, os dirigentes debaterão o atual cenário econômico e seu reflexo nas empresas do setor de energia.

Nova vitória!

CPFL tem que cumprir sentença

Empresa não consegue suspender decisão de primeira instância sobre Call Center

A CPFL tentou, mas não conseguiu suspender a decisão de primeira instância da 10ª Vara do Trabalho de Campinas, favorável ao Sindicato, divulgada no dia 07 de janeiro. A empresa havia entrado com uma Medida Cautelar, mas no dia 21 passado foi divulgado no site do TRT o despacho negando o pedido da CPFL. Ou seja: a empresa deve cumprir a sentença, que determina que a CPFL está proibida de transferir as atividades de Call Center para a CPFL Atende ou para outra empresa que explore esse serviço. Essa atividade deve permanecer em Campinas, sendo executada por trabalhadores do quadro próprio, sob a representação do Sinergia CUT.

A CPFL alegou em seu pedido de suspensão da decisão de primeira instância que a terceirização foi autorizada pela Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica. Mas o juiz relator rejeitou essa argumentação: "...De plano, pouco importa o que avençado em acordo coletivo de trabalho e bem assim o que terá autorizado a Aneel se a hipótese tratar-se de terceirização ilícita(...)".

CPFL terá que contratar trabalhadores para reativar Call Center em sua sede

O despacho do juiz relator expressa o entendimento de que o Call Center é atividade fim: "o contato entre os consumidores e concessionária faz parte do serviço concedido como condição essencial a este. Neste sentido é parte integrante da atividade fim e a vigorar o discurso das requerentes somente a geração de energia o configuraria".

Call Center é atividade fim!

Segundo a advogada do Sinergia CUT (Sindicato dos Trabalhadores Energéticos do Estado de São Paulo), Tania Marchioni Tosetti Titton "A fundamentação do juiz relator para indeferir o pedido de suspensão da sentença coincide com a tese defendida pelo Sindicato desde o início do processo , ou seja, o atendimento ao consumidor tem que ser considerado atividade "fim" e como tal não pode ser terceirizado. É evidente que a CPFL – Atende é uma empresa de terceirização de mão de obra e que através da mesma o grupo pretendeu precarizar a atividade."

A advogada acrescenta que ainda cabe nova análise e recurso. "O Sindicato será intimado a apresentar sua defesa e após o Tribunal irá julgar a Medida Cautelar interposta pela CPFL. No entanto, por ora, permanece os comandos da sentença e a empresa tem que contratar trabalhadores e reabrir o Call Center em Campinas nos prazos previstos na mesma

EDITORIAL

Qualidade é isso

Como sempre acontece quando o assunto é garantir os direitos dos trabalhadores, contra a precarização imposta pela irreal empresa de referência, e a qualidade da energia que chega aos consumidores, com tarifas justas e acessíveis, o Sinergia CUT continua a ser a única entidade sindical que negocia e propõe mudanças nas inúmeras reuniões e audiências da Aneel.

Nesse início de 2011 não está sendo diferente. Semana passada, a Agência colocou na pauta a discussão de dois temas importantes para mudanças nas regras do setor energético: a realidade da implantação de novas tecnologias, através de medidores eletrônicos, e o aperfeiçoamento para garantir que o ineficiente Conselho dos Consumidores, atualmente simples obrigação legal das distribuidoras, exerça na prática o importante papel de participação popular na fiscalização dos serviços prestados.

É do conhecimento de todos que desde sempre o Sinergia CUT defende o controle social dos serviços públicos de energia elétrica e gás canalizado para garantir a qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico e ambientalmente sustentável para o Brasil, independente de quem detém o controle acionário de concessões públicas.

Uma luta que precisou ser intensificada depois da privatização das energéticas e da sede de lucros cada vez maior dos empresários, sempre às custas da precarização das condições de trabalho e de tarifas abusivas. Não foi à toa que, já em 1998, o Sindicato apresentou projeto de lei para a criação de Conselhos Municipais de Serviços Públicos de Energia, aprovado em algumas cidades do interior paulista.

A proposta é que o CMSPE seja um órgão consultivo e deliberativo, formado por representantes de consumidores, das concessionárias, de poderes públicos, de sindicatos, de atingidos pelos empreendimentos e de ONGs da área de assitência social e da saúde.

Com transparência, acesso a informações e garantia de opinião e aprovação de propostas, o Conselho tem, entre os principais objetivos, o de "regular, controlar e fiscalizar os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia e gás canalizado em termos de qualidade , quantidade, cobertura, confiabilidade, segurança, continuidade, efetividade, custos, preços, tarifas, interferências ambientais e urbanas, além de todas as demais condições de produção e atendimento dos usuários e da prestação dos serviços".

Bom começo e boas propostas para que o Conselho de Consumidores se transforme em realidade.

Destaques desta edição

Demissões na Bandeirante
Empresa demite 20 trabalhadores com terceirizações
Página 02

Sinergia CUT apura denúncias
Trabalhadores da CESP apontam série de irregularidades
Página 03

Sindicato dialoga com a Aneel
Dirigentes fazem visita técnica e participam de audiência
Página 04

ACONTECEU

PL para para combater práticas antissindicais

Reunidos no último (27), representantes da CUT, CTB e Nova Central debateram e ajustaram a proposta de anteprojeto de lei que versa sobre o combate às práticas antissindicais.

A partir do acúmulo das centrais sindicais (CUT, CGTB, CTB, Força Sindical, NCST e UGT) foi construída uma proposta visando a liberdade e a garantia do pleno exercício da atividade sindical e que coíba às práticas antissindicais praticadas pelas empresas, pelos sindicatos da categoria econômica e pelo poder público.

Com a proposta nas mãos, as centrais estão realizando reuniões a fim de ajustar e aprimorar o projeto que caracteriza, por exemplo, as práticas antissindicais tanto setor público como no privado.

CUT é a quinta maior Central do mundo

A CUT divulgou os últimos dados disponibilizados pela Confederação Sindical internacional – CSI, onde a CUT Brasil continua sendo a 5ª Maior Central Sindical do Mundo em termos de quantidade de filiados declarados. Com 7.464.846 trabalhadores, a CUT perde apenas para a central russa FNPR (27.800.000), central ucraniana FPU (9.755.500), central norte americana AFL CIO (8.400.000) e a central indiana INTUC (8.200.000).

Trabalhadores preocupados com nomeações em Furnas

Apesar de notícias veiculadas pela velha mídia, os trabalhadores de Furnas continuam acreditando que a presidente Dilma Roussef cumpra o compromisso de que as nomeações no setor elétrico seguirão critérios técnicos e compromisso político de boa gestão do patrimônio público.

Por isso, preocupada com a possibilidade da indicação de um ex-diretor vinculado ao PMDB - com gestão marcada por várias denúncias de irregularidades - para presidir a empresa, a direção da Intersindical enviou carta à Presidente da República para renovar "a confiança na promessa de haver somente nomeações por critérios técnicos" para todos os cargos.

Bancários conquistam programa de combate ao assédio moral

Depois de anos de luta, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e representantes de nove grandes bancos assinaram, no final de janeiro, um importante termo aditivo ao Contrato Coletivo de Trabalho: o que garante o Programa de Combate ao Assédio Moral nos locais de trabalho.

Bradesco, Itaú Unibanco, Santander, Caixa Federal, HSBC, Votorantim, Bicbanco, Citibank e Safra toparam assinar o acordo do programa que, além de reconhecer o problema, define critérios para combater efetivamente o assédio moral dentro das agências. "A partir de agora, os bancários já podem fazer a denúncia e os bancos terão prazo para apurá-la e responder ao Sindicato", informa a entidade. Detalhe: somente o Sindicato conhecerá a identidade do denunciante e os nomes serão preservados.

Bandeirante contraria ordem judicial ao fechar escritórios de atendimento

Empresa descumpre ordem da justiça e ainda demite trabalhadores

A Bandeirante Energia demitiu, na segunda-feira da semana passada (31), 20 trabalhadores e outros 29 foram remajejados de setor em consequência da terceirização de seis agências de atendimento.

A empresa demitiu sumariamente os trabalhadores ao final do expediente, contrariando recentes decisões judiciais sobre a manutenção de postos de atendimento aos clientes.

Em 2001, o Sinergia CUT entrou com uma ação na Justiça contra nove distribuidoras de energia elétrica e nove anos depois, no ano passado, a 11ª Câmara da Sexta Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 15ª Região acatou recurso do Sindicato condenando as distribuidoras de energia elétrica a reabrir e ou manter postos de atendimento pessoal aos consumidores.

As empresas recorreram da decisão de primeira instância e conseguiram reverter a questão da reabertura dos escritórios já fechados, mas continuaram impedidas de fechar postos já existentes.

As demissões feitas pela Bandeirante contrariam o entendimento que o próprio TRT tem sobre atendimento ao consumidor como atividade fim, e que portanto, não pode ser terceirizado.

O Sinergia CUT irá informar a Justiça sobre o fechamento dos escritórios da Bandeirante Energia em Taubaté, São José dos Campos, Caraguatatuba, Lorena, Guarulhos e Mogi das Cruzes. Além disso, o Sindicato coloca o departamento jurídico a disposição dos trabalhadores demitidos para mover ações contra a empresa.

Formação: Cursos de OSB continuam em 2011

Sinergia CUT avalia positivamente o Plano de Formação Sindical e promove curso de OSB II em abril . Ao lado, turma de Presidente Prudente

A direção executiva do Sinergia CUT avaliou positivamente a retomada do Plano de Formação Sindical 2008-2010, principalmente pela participação de novos diretores das entidades e jovens militantes de várias empresas. A decisão, tomada na primeira reunião da Executiva da entidade, é a de realizar pelo menos mais dois cursos durante este ano.

O primeiro deles será realizado em abril, para aqueles que, por algum motivo, não puderam participar do curso de Organização Sindical de Base II.

Neste curso, será aprofundado o conhecimento sobre o papel do dirigente sindical de base com o objetivo de refletir sobre a importância da ação sindical no local de trabalho, a partir de conflitos e demandas existentes no setor.

"Aprimoramos e atualizamos o programa de curso a partir das contribuições dos próprios alunos dos cursos anteriores", explica Deise Capelloza, diretora de Formação do Sinergia CUT. Somente podem participar quem fez o curso OSB I (módulos I e II) ou tenha realizado algum outro curso sobre sindicalismo de base. No segundo semestre, após as eleições de novos Representantes Sindicais e integrantes das Comissões Sindicais de Base, será oferecido o curso OSB módulos I e II.

Comunicação: minstro debate em São Paulo

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, vem a São Paulo no próximo dia 15 para uma palestra e um debate sobre o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e outros desafios da comunicação. Dirigentes do Sinergia CUT participarão do encontro.

O PNBL, lançado em maio de 2010, tem como objetivo universalizar a internet rápida no país, ampliando o acesso e reduzindo o custo. Outros desafios do novo ministro das Comunicações são a reformulação dos Correios e os projetos de regulamentação da mídia e democratização do acesso à informação, dentre outras propostas aprovadas pela 1ª Confecom, realizada em dezembro de 2009.

O debate, promoção da Rede Brasil Atual e dos Bancários de São Paulo, acontecerá das 19h às 21h, no Auditório Amarelo do Sindicato. É necessário fazer inscrição prévia pelo endereço inscricao@spbancarios.com.br, sujeita a confirmação. A palestra também poderá ser acompanhada em transmissão ao vivo via webtv e twitcam pelos sites do Sindicato e da Rede Brasil Atual (www.redebrasilatual.com.br). Perguntas podem ser encaminhadas para o debate@spbancarios.com.br.

Publicação de responsabilidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas e do Sindicato dos Energéticos do Estado de São Paulo.
Sede: Rua Doutor Quirino, 1511 - Centro - Campinas,SP - CEP: 13015-082. **Fones: Campinas** (19)3739-4600 / 0800-171611; **São Paulo** (11) 5571-6175; **SindGasista** (11) 3313-5299; **Bauru** (14)3234-8445; **Ilha Solteira** (18)3742-2828; **Presidente Prudente** (18) 3903-5035; **Ribeirão Preto** (16)3626-8676
Rio Claro (19)3524-3712; **Baixada Santista** (13)3222-6466; **São José do R.Preto** (17) 3215-1188 ; **Vale do Paraíba** (12)3622-4245;
SindLitoral (13)3422-1940; **SindPrudente** (18)3222-1986
EXPEDIENTE
Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato **Jornalista Responsável:** Lílian Parise (MTb 13522)
Redação e diagramação: Cecília Gomes (Mtb 42799), Débora Piloni (MTb 25172), Patrícia Foganholo (MTb 30582) e Lílian Parise **Ilustração**: Ubiratan Dantas
E-mail: imprensa@sinergiaspcut.org.br **Tiragem:** 12 mil exemplares

Denúncia

Elektro: assédio moral, não!

A Elektro tem vinte dias para se manifestar ao Ministério Público do Trabalho de Campinas sobre as denúncias de assédio moral e precarização das condições de trabalho feitas pelos trabalhadores ao Sinergia CUT e ao MPT.

A motivação da denúncia se deu pela prática intensa de um chefe (engenheiro) no relacionamento com seus trabalhadores subordinados. Na audiência, a empresa alegou que, após várias denúncias dos trabalhadores ao Comitê de Ética, tentou corrigir a postura do chefe sem sucesso, não restando outra alternativa senão a dispensa imotivada em dezembro do ano passado. O Sinergia CUT denunciou que ainda continuam acontecendo casos de assédio moral na empresa.

O MPT fixou o prazo de vinte dias, a contar do último dia 02, quando foi realizada a audiência, para saber se a Elektro aceita ou não o Termo de Compromisso que totaliza sete obrigações da empresa para coibir o assédio moral.

Dentre os compromissos da empresa estão não submeter, permitir ou tolerar a exposição de trabalhadores ao assédio moral, assegurando-lhes tratamento digno; aplicar punições aos autores de assédio moral depois de investigação; promover campanhas periódicas, orientadas por profissionais habilitados, para esclarecer, orientar e resolver eventuais conflitos; estimular o respeito mútuo entre superiores e subordinados. Tudo com o acompanhamento do MPT.

Atividades de campo

Também foi objeto de denúncia ao MPT a precarização das condições de trabalho quando da realização de atividades pelos trabalhadores em campo, tanto em locais urbanizados, quanto em locais ermos quando da necessidade de utilização de sanitários. No caso de locais ermos da necessidade de banheiros químicos.

A empresa alegou que os trabalhos desenvolvidos pelos eletricistas em sua grande maioria requer mobilidade externa, sendo realizado no mínimo por dois trabalhadores com veículo da empresa, e que nesses casos são utilizados os sanitários dos estabelecimentos próximos aos locais das atividades. Porém admitiu que algumas vezes os trabalhos são realizados em locais afastados de núcleos urbanos. O MPT também concedeu vinte dias para a empresa se manifestar sobre esse assunto.

Cumprir o ACT

O Sinergia CUT tem recebido várias denúncias de práticas de assédio moral

em outras localidades e espera que a Elektro acate as recomendações do MPT, respeite os trabalhadores e combata de fato essa prática dentro do ambiente de trabalho. "Enfatizamos que os trabalhadores, maior patrimônio da empresa, são os responsáveis pelos resultados da companhia, inclusive pela remuneração do seu acionista. Não é de hoje que o Sindicato tem insistido que a Elektro retome a Comissão de Segurança, Saúde e Meio Ambiente conforme prevê o ACT vigente", alerta o Sindicato.

Furnas : Sinergia CUT cobra pendências

Empresa comprometeu-se a dar retorno sobre nova proposta para Banco de Horas

Nos dias 18 e 19 de janeiro, o Sinergia CUT participou de reuniões com a ARS Furnas para tratar de diversos assuntos pendentes, entre eles o banco de horas, que há mais de um ano está em discussão, tendo as entidades sindicais encaminhado suas contribuições.

A nova proposta, no entanto, não considerou grande parte das reivindicações dos sindicatos e por isso foi rejeitada pela Intersindical. A empresa se comprometeu elaborar novo texto, considerando as referidas reivindicações. Posteriormente, será realizada nova reunião para discutir a implementação do controle de horas.

Depois de muita insistência do Sinergia CUT, finalmente Furnas abordou no dia 19, a reivindicação de transporte para os trabalhadores lotados em Estreito. A empresa assumiu o compromisso de elaborar uma política de transporte para abranger todas as empresas de Furnas.

Outro assunto tratado foi a denúncia feita pelos trabalhadores da Plansul ao Sinergia CUT a respeito de problemas com o plano de saúde Golden Cross. Desde 2009, o Sinergia CUT vem cobrando de Furnas medidas para solucionar o caso, sem êxito. Em 2010, A Nova Rio assumiu as atividades da Plansul e os trabalhadores, herdando os problemas do convenio médico.

Os trabalhadores apontam, entre outros exemplos de falhas, a escassez de profissionais especializados e má qualidade no atendimento. Nesta reunião, o representante de Furnas comprometeu-se em analisar as reivindicações dos trabalhadores e informou que entrará em contato com o administrador da contratada para levantar dados sobre as denúncias.

Nova reunião será agendada para apresentar os dados levantados e também uma proposta que solucione os atuais problemas do plano de saúde.

Também no dia 18, foram celebradas assinaturas do Acordo Coletivo de Trabalho e Termo de pactuação da PLR.

Sindicato e AES Tietê negociam PLR

O Sinergia CUT continua em negociação com AES Tiêtê para definição do valor da PLR 2010 ainda sem acordo. A empresa enviou uma proposta em dezembro último no valor base da PLR de R$ 5.886,68, mas foi recusada pelo Sindicato que quer garantir o valor em R$ 6.400, referentes aplicação do índice que corrigiu o salários em 2010 mais os R$ 500 que os trabalhadores receberam no adiantamento de setembro de 2010.

O Sindicato ao longo do tempo vem demonstrando sua disposição em negociar a PLR, e enviou, nesse período, diversas correspondências para a empresa para tratar do assunto - o que algumas vezes foi objeto de reuniões entre as partes, porém não conclusivas, pois a empresa não aceitou as propostas do Sindicato.A AES Tietê informou que convocará o mais breve possível uma reunião para apresentar a proposta final da PLR 2010.

A AES Tietê ficou de enviar ao Sinergia CUT a proposta da PLR até o final desta semana e também, resolver as pendências apontadas pelo Sindicato como, por exemplo, pagamento de horas extras em caso de folga, programa de incentivo a aposentadoria e a política de pagamento de sobreaviso.

Mensalidade sindical

Conforme noticiado na edição anterior do Jornal do Sinergia CUT, o Sindicato havia cobrado a relação de trabalhadores prejudicados com desconto incorreto de mensalidades sindicais.

Para a surpresa do Sinergia CUT, a empresa informou que o dinheiro descontado indevidamente dos trabalhadores não havia sido repassado ao Sindicato. Portanto, a devolução deve será feita pela própria AES Tietê através de aviso pagamento em data ainda a ser definida. O Sindicato continuará acompanhando!

CURTAS

13º Salário dos contratados pela Nova Rio

Chegou ao Sinergia CUT a informação de que os trabalhadores contratados de Furnas, através da empresa Nova Rio, receberão a antecipação da 1ª parcela do 13º salário no próximo dia 11.

Aneel aumenta tarifas em cinco distribuidoras da CPFL

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou nesta terça-feira reajustes nas tarifas de distribuição de energia elétrica de cinco empresas do interior paulista, todas controladas pela CPFL Energia (CPFE3). Os maiores reajustes, que passam a valer a partir de 3 de fevereiro, foram na Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPFL Leste Paulista), que atende 51 mil clientes. Para os consumidores de baixa tensão (residenciais), o aumento será de 16,03%, enquanto para alta tensão (indústrias) será de 17,3%.

Assembleias na CPFL Jaguariúna

O Sinergia CUT realizará, no próximo dia 17, assembleias nos locais de trabalho da CPFL Jaguariúna para discussão da pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2011. Fique ligado! Procure o representante sindical para mais informações sobre os horários das assembleias.

Acidente de trabalho na Emae

Mais um acidente fatal aconteceu na última semana de janeiro com um terceirizado da EMAE, que executava serviços de topografia na cidade de Cajamar. Segundo testemunhas, o trabalhador estava muito próximo da rede elétrica e sofreu uma descarga. Ele foi rapidamente socorrido no local, chegou ao hospital com vida, mas não resistiu aos ferimentos. O Sinergia CUT lamenta a ocorrência deste acidente.

Acompanhe as informações sobre as empresas e o setor no Portal do Sinergia CUT

www.sinergiaspcut.org.br

Vitória na ação PRR CESP

A ação relativa à PRR 2008/2009 da CESP, interposta pelo Sindicato (processo inscrito sob número 1165-62-2010-5-15-0043) foi julgada procedente em primeira instância. O processo tramitou perante a terceira Vara do Trabalho de Campinas, pleiteando que a CESP cumpra integralmente a cláusula 4ª do Acordo Coletivo de Trabalho (2007/2009).

Em sua sentença, a juíza Daniela Macia Ferraz Giannini determinou que a CESP, "em cinco dias do trânsito em julgado, comprove o cumprimento do ACT em questão, quitando as diferenças de PRR - Política de Remuneração por Resultados 2008 e 2009, sobre a totalidade de verbas salariais quitadas aos substituídos, tais como anuênio, horas extras, adicional de turno, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, pagamento suplementar, gratificação de função, abonos etc".

Caso a CESP não cumpra essa determinação, estará sujeita a uma multa diária de R$ 500.

Ligado na Base

O Sinergia CUT recebeu e-mail de uma enfermeira que dedicou 29 anos de trabalho à CESP. Publicamos aqui trechos da mensagem, que expressam um sentimento, infelizmente, comum a muitos trabalhadores. Leia:

"(...) na contramão desta jornada (Política da Qualidade), surgem alguns profissionais desta empresa que, indiferentes e alheios aos reais objetivos da política da qualidade e diversidade da CESP, ainda tratam os seus colaboradores (subordinados) de forma contraditória a tais objetivos, criando circunstâncias não compatíveis com um ambiente de trabalho salutar, onde a hierarquia possa existir sem confrontar com o respeito mútuo entre as pessoas. Circunstâncias desta natureza causaram-me ao longo dos anos, um comprovado dano irreparável à minha integridade física e mental, obrigando-me a precocemente desligar-me da empresa e das atividades que sempre executei com amor, profissionalismo, responsabilidade, comprometimento e com o máximo de competência que pude oferecer. (...) Espero que este sincero desabafo sirva pelo menos para que os dirigentes desta empresa atentem para ocorrências desta natureza, tratando com a devida atenção esta questão (...)"

Maria Druzian Bezerra da Silva

Audiência Pública

Sinergia CUT debate temas na Aneel

Dirigentes apresentam sugestões para que avanço tecnológico não prejudique trabalhadores

O Sinergia CUT tem participado de importantes debates promovidos pela Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica. Um deles ocorreu no dia 26 de janeiro, na audiência pública realizada pela Aneel, para tratar da implantação de "Medidores Eletrônicos" (audiência número 043/2010) que passarão a ser implantados em todo o Brasil.

Diante das grandes mudanças que essa medida deve trazer para o setor, os representantes do Sindicato defenderam a necessidade da implantação dos medidores contar com um programa de reaproveitamento/realocação dos técnicos (leituristas e eletricistas e outros), pois eles correm risco de perder suas funções em decorrência deste avanço tecnológico. "De forma alguma os trabalhadores poderão ser prejudicados. Também defendemos que esta instalação não acarrete qualquer elevação nas tarifas e que ela só seja feita com a concordância do consumidor", destaca o presidente do Sinergia CUT Jesus Francisco Garcia.

Outro ponto destacado pelos dirigentes do Sindicato durante a audiência foi a Saúde e Segurança, com a aplicabilidade da norma NR-10, combatendo a precarização das condições de trabalho no setor. Além disso, o Sinergia CUT defendeu que haja uma mudança na estrutura tarifária, para que deixe de ser uma das mais caras do mudo.

O Sindicato enviou à Aneel um documento com sugestões para aperfeiçoamento da proposta. A Aneel disponibilizará todas as contribuições em seu site (http://www.aneel.gov.br/).

Visita técnica

No dia anterior à audiência (25), dirigentes do Sinergia CUT reuniram-se com a área técnica da Aneel com o objetivo de debater importantes questões relacionadas ao setor. Uma das constatações foi que um dos grandes motivos da altíssima tarifa de energia elétrica brasileira é a Taxa de Risco, que é utilizada no cálculo da tarifa usando um índice ainda do tempo do Fernando Henrique, muito maior que a atual do ex- presidente Lula.

Conselho de Consumidores

O Sinergia CUT também participou, no último dia 02, de uma audiência pública (Nº 119/2010) sobre a criação organização e funcionamento dos Conselhos de Consumidores de Energia Elétrica.

Por lei, todas as concessionárias têm a obrigação instituir esse conselho, formados por representante dos consumidores Industriais, Comerciais, Rural, Residencial e representante do poder público, sendo esta comissão totalmente custeada pela empresa.

Uma nova proposta foi apresentada pela Aneel e debatida com a sociedade nessa audiência. Na avaliação do Sindicato, um dos principais avanços é a autonomia financeira do Conselho, que permitirá isenção e, consequentemente, maior eficácia na fiscalização das empresas. Por outro lado, o Sindicato considera que faltou ousadia para que a Aneel avançasse ainda mais no rumo de democratizar esse importante instrumento de fiscalização das empresas "O Conselho tem hoje as 'portas fechadas' para a população, pois a proposta não contempla o uso de novas tecnologias (internet). O Conselho não publica o seu balanço de atividades , a indicação dos membros é limitada, entre outros problemas. Por isso apresentamos propostas no sentido de contribuir com a democratização do Conselho de Consumidores.", afirma o diretor da área de Novas Tecnologias do Sinergia CUT, Paulo Robin. Confira as propostas:

√ Fortalecimento do controle social contanto com a seguinte representação: 1 trabalhador das concessionárias, 2 do poder público municipal (Executivo e Legislativo), 2 das organizações não governamentais (1 da área da Saúde e 1 do meio Ambiente),1 do Dieese e 1 do Procon;

√ Também deve existir a possibilidade da livre manifestação popular (Tribuna Livre), onde os consumidores possam expor suas reivindicações;

√ Implantação de site, onde sejam divulgadas informações como a composição do conselho, despesas, reuniões, atas e, principalmente, relatório de atividades do Conselho e de cada membro.

O Sinergia CUT enviará estas contribuições oficialmente para a Aneel.

Revisão Tarifária mexe nos cofres das empresas

Na semana passada , a imprensa noticiou a intenção da Aneel em adiar o início do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária. A reportagem publicada no jornal Valor Econômico, no último dia 26, informa que o motivo para o adiamento segundo a Annel é o grande volume de contribuiões dadas pelos agentes do setor na audiência pública que discutiu o assunto. *"Não há tempo suficiente para analisar cada contribuição sem prejudicar o cronograma de revisão da Colece, distribuidora da Endesa, já que em três semanas deveria ter seu processo de revisão tarifária em audiência pública."*

A reportagem destaca o lado das distribuidoras que consideram que as mudanças propostas pela Aneel afetam profundamente o caixa das empresas

"O impacto do novo ciclo poderá ser tão profundo em algumas distribuidoras que poderá levá-las à falência, principalmente aquelas de baixa eficiência e que estão altamente individadas, e forçar uma consolidação no setor."

O Sinergia CUT tem acompanhado de perto as propostas para correção das distorções nos valores das tarifas causadas pela privatização do setor iniciada pelo governo tucano na década de 90. A principal mudança proposta pela Aneel, e que tem tirado o sono dos executivos das distribuidoras de energia é a revisão periódica. *"Pelas mudanças propostas pela Aneel, o repasse dos ganhos das distribuidoras para os consumidores será imediato e anual, não mais a cada quatro ou cinco anos. Se as regras propostas pela Aneel forem mantidas como estão, os consumidores terão um alívio em suas contas"*, afirma a reportagem.

O Sinergia CUT espera que o fato de a Aneel ter adiado o início do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária não represente uma concessão às pressões das empresas. As importantes mudanças propostas pela Aneel e defendidas por diversos setores, inclusive pelo Sinergia CUT, dependem da posição da Agência em sustentá-las. "Continuaremos insistindo, em todas as instâncias, para que a Aneel implemente as mudanças previstas para o Terceiro Ciclo de maneira a beneficiar os consumidores, pois as distribuidoras já lucraram com elevadas tarifas cobradas no passado", afirma a direção.

Congelamento de Tarifas

A Aneel decidiu abrir audiência pública para debater a proposta de congelamento do valor das tarifas das concessionárias que serão submetidas à revisão pelo Terceiro Ciclo. A proposta é congelar os valores até a aprovação da nova metodologia em discussão com a sociedade nas audiências sobre os módulos dos procedimentos de regulação tarifária.

Incentivo à produção, valorização do salário mínimo e das aposentadorias

Leia aqui a última resolução da CUT Nacional

Reunida no dia 1º de fevereiro de 2011, em São Paulo, a Executiva Nacional da CUT manifestou repúdio às decisões de política macroeconômica de manutenção de elevadas taxas de juros, o que atenta contra o desenvolvimento sustentável, gerador de emprego e renda. Na avaliação da CUT, os juros altos apenas servem aos interesses do capital especulativo, encarecem o crédito e comprimem o mercado interno.

O aumento da incerteza quanto aos rumos da economia internacional, a política monetária adotada pelo governo estadunidense, a guerra cambial e ajustes fiscais em vários países contaminam a análise da economia brasileira. Os indicadores de PIB, crescimento do emprego e da renda, volume de investimentos previstos, lucro dos bancos e das empresas, confirmam a continuidade do ciclo recente de desenvolvimento implementado no país nos últimos anos. Inflação e câmbio são os desafios imediatos colocados também para o Brasil.

A CUT não aceita a pressão por parte da velha mídia e do sistema financeiro, dos setores conservadores do empresariado e de parte da base que compõe o governo, em tentar impor a agenda derrotada nas eleições que defende que, para combater a inflação, deve-se conter o consumo interno, reduzir o crédito e aumentar da taxa de juros. Muito pelo contrário, a crise só foi enfrentada graças à expansão do mercado interno, ao aumento real de salários, à valorização do salário mínimo, à oferta de crédito e ao crescimento do consumo e da produção.

O mercado financeiro pressiona por elevação da taxa Selic, com vistas a aumentar seus lucros, o setor produtivo e analistas de mercado afirmam que só há espaço para queda da taxa Selic com uma forte redução dos gastos públicos, ampliação do superávit primário e redução da relação dívida – PIB, de tal forma que o mercado fique tranqüilo e aceite uma redução da taxa básica de juros.

A CUT considera que juros é despesa pública e que a saída mais eficiente de baixar as despesas é iniciar um processo de redução da taxa de juros permitindo maior investimento em infraestrutura e redução das desigualdades sociais. Associado a isso é preciso alterar os mecanismos de financiamento de curto prazo da dívida pública, sem que isto represente uma penalização dos servidores e do serviço público.

Defende que a inflação deve ser combatida com medidas de incentivo à produção de alimentos e o câmbio ajustado com medidas defensivas, como elevação do IOF, cobrança de imposto de renda sobre o lucro dessas operações, dentre outras.

Além da luta por mudanças na política macroeconômica, neste início de Governo Dilma, 4 questões impactam de imediato na nossa pauta e nas condições de vida dos/as trabalhadores/as: 1) aprovação da Política de Valorização do Salário Mínimo 2) Valor do salário mínimo em 2011, com aumento de seu valor para R$ 580, considerando como excepcionalidade a negociação para este ano, fruto da crise financeira que derrubou o PIB de 2009; 3) correção da tabela do imposto de renda; e 4) Política de valorização das aposentadorias para quem ganha acima do salário mínimo.

A CUT mobilizará sua base para garantir os direitos da classe trabalhadora, avançando na negociação da nossa Plataforma.